



A história do ingresso das práticas psicológicas na saúde pública brasileira e algumas conseqüências epistemológicas

History of the introduction of psychological practices in the Brazilian public health system and some epistemological consequences

Magda do Canto Zurba
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Resumo

Neste trabalho revisamos o processo histórico que levou as práticas psicológicas brasileiras a se instalarem nas políticas públicas de saúde contemporâneas, analisando, neste contexto, a epistemologia da ciência psicológica e suas transformações recentes. Revisitamos alguns aspectos históricos que marcaram a formação do pensamento psicológico pré-científico, bem como sua consolidação como ciência moderna. O pressuposto epistemológico da Psicologia, em sua concepção moderna de ciência, era associado ao pensamento liberal. Assim, alguns episódios históricos levaram os fazeres psicológicos a estarem muito mais orquestrados pelo mercado regulador – consultórios clínicos privados, consultorias empresariais, etc. - do que pelas políticas públicas. Assinalamos o desenvolvimento da reforma psiquiátrica no Brasil como um elemento determinante que impulsionou a entrada do fazer psicológico no âmbito das políticas públicas de saúde no Brasil, fato que tem afetado significativamente os modelos contemporâneos de prática.

Palavras-chave: história da psicologia; psicologia da saúde; prática psicológica

Abstract

In this paper we review the historical process that led the psychological practice in Brazil to settle in contemporary public health policies, examining in this context, the epistemology of psychological science and its recent changes. We revisited some historical aspects that marked the formation of pre-scientific psychological thinking, and its consolidation as a modern science. The epistemological assumption of Psychology, in its modern science, was associated with liberal thinking. Thus, some historical episodes have led the psychological practice to be much more orchestrated by the regulating market - private offices, business consulting, etc. - than by public policy. We note the development of the psychiatric reform in Brazil as a key factor that drove the introduction of psychological care within the public health policies in Brazil, which has significantly affected the contemporary models of practice.

Keywords: history of psychology, health psychology, psychological practice

1. Considerações iniciais

Como área organizada de conhecimento científico, a Psicologia foi se configurando há apenas pouco mais de cem anos, no apagar das luzes do século XIX. Esse é um período muito curto em termos de história das ciências. Porém, mais curto ainda é o período em que essa “nova ciência” passou a ingressar no terreno da saúde pública, sobretudo no Brasil.

Somente com o advento da ciência moderna os problemas psicológicos passaram a ser entendidos sob modelos inteligíveis à comunidade científica. A Psicologia científica é filha da Modernidade, contudo, a passagem histórica que pressupõe a



consolidação da Psicologia como ciência moderna consistiu em um processo bastante turbulento (Mueller, 1978; Ferreira, 2006), cujos desdobramentos implicaram em subdivisões teóricas por vezes antagônicas e áreas de aplicações diversificadas (Figueiredo, 2000).

Neste contexto, diante da dificuldade disciplinar em retomar o processo histórico usufruindo de certa unidade epistemológica, muitos fazeres psicológicos foram se consolidando em diferentes lugares do mundo apoiados por certos regionalismos, financiamentos específicos e, sobretudo, influenciados por posições políticas distintas. Cecília Coimbra (1999) aponta, por exemplo, como no Brasil a Psicologia se mostrou aliada à ditadura e ao regime militar durante os anos 60 e 70, influenciando as práticas psicológicas que se consolidaram no país durante a segunda metade do século XX. Neste sentido, é observável que, por volta de 1965, boa parte do mundo democrático já contava com psicoterapia de grupos em comunidades e centros comunitários, principalmente nos Estados Unidos e Europa (Evans, 2007), mas nós brasileiros – e boa parte da América Latina – pouco sabíamos como proceder a este respeito (Ciornai, 1997). Passamos os anos subseqüentes à instalação dos regimes militares latinoamericanos restritos a atendimentos individuais, proibidos pelo Estado de realizar agrupamentos comunitários. Além disso, vivenciamos o tardio ingresso de nossa prática psicológica nas políticas públicas de saúde, bem como o frágil emprego da psicoterapia grupal no cotidiano do trabalho psicológico por muitos anos.

Hoje, em contraste, temos visto o amplo ingresso da psicologia em equipes multiprofissionais de saúde da família, hospitais e também em ambulatórios públicos de psicoterapia, nos quais se presume a coordenação de grupos e estratégias de promoção/prevenção em saúde – algo que em momentos anteriores da nossa história era improvável de ser pensado. Entender essa passagem histórica nos auxilia a re-pensar o retrato que montamos do psicólogo de hoje no âmbito da saúde, bem como no contexto das políticas públicas de modo geral. A entrada do fazer psicológico nestes modelos de trabalho forçou o enfoque interdisciplinar na compreensão do fenômeno psicológico, fato que tem afetado sobremaneira nosso paradigma disciplinar, cujas bases se apoiavam em um modelo cartesiano e linear de ciência.

Assim, este artigo tem o objetivo de problematizar e repensar sobre o processo histórico que levou às práticas psicológicas brasileiras a se instalarem nas políticas públicas de saúde contemporâneas, analisando, neste contexto, aspectos da epistemologia da ciência psicológica e suas transformações recentes.

2. A noção de “Psicologia” na Antiguidade

Antes do advento da Psicologia como “ciência” propriamente dita e muito antes da busca da aplicação deste conhecimento científico nas atividades cotidianas do homem, podemos encontrar as preocupações com os problemas de ordem psicológica da humanidade desde longa data. Ainda que tenhamos um distanciamento temporal demasiado longo entre a Antiguidade e nossos dias, basta nos aproximarmos um pouco dos escritos de Aristóteles (384-322 a.C./2006) para encontrarmos ressonância significativa entre o modo como desenvolvemos a prática psicológica na Modernidade e o modo como aquele filósofo presumia as condições ontológicas do homem. Isto porque foi no Renascimento, justamente com a queda da Idade Média, que se consolidou a ciência moderna, contudo, retomando a tentativa de pensamento não-dogmático de Aristóteles. Este, por sua vez, evitava o dogmatismo em sua época porque buscava fugir da metafísica platônica; já os pensadores modernos porque buscavam fugir do pensamento dogmático cristão. De toda forma, a retomada ao pensamento aristotélico influenciou a formação do pensamento psicológico dos séculos XVIII e XIX, afetando a consolidação da ciência psicológica nos anos subseqüentes, até os dias de hoje.



Em sua teoria, Aristóteles (384-322 a.C./2006) propôs um modelo de universo, modelo este que correspondia a desdobramentos em várias áreas disciplinares, recaindo tanto sobre a Psicologia como sobre a Física. Em sua concepção, existiria harmonia e um equilíbrio estável no universo. Desta forma, ele explicava tanto a natureza da "alma", quanto os motivos dos corpos físicos caírem – explicação primária, contudo, muito antes de conhecermos a lei da gravidade. Enfim, Aristóteles propunha um arranjo cósmico e harmonioso do universo.

Da mesma forma, em sua psicologia ele negava a ideia de alma encarcerada num corpo, tal como os platônicos propunham. Aristóteles assegurava certa harmonia nas funções vitais, afirmando que não existia anterioridade da alma em relação ao corpo, mas que um existiria *para* o outro e vice-versa: desta forma, a alma não poderia existir sem um corpo que ela animasse, nem um corpo teria princípio vital sem alma, havendo assim uma perfeita unidade funcional. Ou seja, o ser humano não seria constituído por uma alma e um corpo. A condição aristotélica para o princípio vital de um ser humano seria da funcionalidade *entre* alma e corpo, a alma estaria para o corpo assim como a visão estaria para o olho, conforme podemos acompanhar em seus escritos na obra *De Anima*:

Assim como a ação de cortar e a ação de ver, também a vigília é atualidade. A alma, por sua vez, é como a potência do instrumento e como a visão; e o corpo é o ser em potência. Mas, assim como a pupila e a visão constituem o olho, também neste caso, o corpo e alma constituem o animal (Aristóteles, 384-322 a. C./2006, p. 73).

É importante lembrar que Aristóteles escrevia antes da Era Cristã, portanto, possivelmente lhe fosse mais provável do que aos pensadores da Idade Média pensar que a alma não fosse anterior ao corpo e que, além disso, sequer pudesse existir sem corpo. Para Aristóteles a alma somente existiria enquanto estivesse animando um corpo: nem antes, nem depois. A precisa função entre corpo e alma seria aquilo que Aristóteles estabeleceu como objeto da Psicologia: a consciência. Contudo, o sistema filosófico de Aristóteles não resolvia o problema metafísico posto em Platão. Por outro lado, apesar de Aristóteles ainda assegurar a Deus um lugar de criador do universo, descrevia este universo como passível de ser estudado. Neste sentido, suas reflexões sobre percepção, memória, sensações, passaram a ser entendidas no âmbito da consciência. Aristóteles (384-322 a.C./2006) refutava e desprezava a ideia de explicar as funções psicológicas como inerentes à alma, tal como seus antecessores metafísicos. Desprezava também as explicações dos atomistas, materialistas tais como Leucipo - que vivera por volta de 500 a.C., bem como de seu discípulo Demócrito de Abdera, que vivera entre 430 a 360 a.C. (Rocha, 2007). Aristóteles entendia que o princípio vital não poderia ser explicado pelos elementos meramente físicos, principalmente os fenômenos humanos mais complexos, como por exemplo: o pensamento, a liberdade de escolha, etc.

Temos aí o rascunho do que viria a ser a Psicologia moderna, pois após os anos da Idade Média, a ciência passou a retomar - em determinadas proporções - algumas das considerações dos filósofos da Antiguidade. Neste sentido, a história nos permite compreender como foi que, a partir dos modelos científicos estabelecidos na modernidade, passamos a explicar a função dos sintomas em um sistema somático e psicossomático, construindo caminhos que vão desde a psicologia da saúde de modo geral, até as especificidades da epistemologia presentes nas práticas em saúde mental de hoje. Contudo, essa passagem não foi feita por uma transposição simples de modelo. O caminho entre a Antiguidade e a Modernidade levou mais de mil anos, e gerou impactos profundos em tudo que entendemos como prática psicológica nos dias de hoje.

3. A "Antiguidade Moderna"



Durante a Idade Média, o modelo de compreensão do adoecimento foi fortemente marcado pela visão do transcendente, sob a perspectiva do paradigma antropológico paulino-agostiniano apoiado na ambivalência do "eu-moral", tal como apontam Oliveira, Pires, Macedo e Siqueira (2006). Neste sentido, a ambivalência do "eu-moral" implicaria em uma doença estrutural do ser humano, gerando muitos conflitos, cujos desdobramentos levariam o homem a incessante busca de superação. Os autores apontam que este paradigma influenciou fortemente a psicologia moderna a respeito de suas formulações sobre saúde e adoecimento.

Sabemos que o Renascimento foi o período preciso de transição entre o modelo de vida da Idade Média e o início da Idade Moderna, contudo, é tarefa difícil compreender os desdobramentos decorrentes dessa transição. Um dos resultados desse período foi a ruptura no modo de viver humano, marcadamente a queda do modelo agrícola baseado no modelo de escravidão e de nobreza, para o ingresso no modo de vida capitalista onde "tempo é dinheiro".

A ênfase histórica na queda do sistema feudal se apóia em um olhar agudo sobre a Europa, de forma que a narrativa da "história universal" é, neste sentido, eurocêntrica. Isso acontece não apenas em boa parte dos livros de história da Psicologia, mas no próprio corte temporal entre os períodos históricos estabelecidos, de modo geral, pelos historiadores. Na literatura hegemônica, todas as rupturas no tempo histórico são assinaladas por eventos acontecidos na Europa, inclusive o início da ciência moderna, cuja data novamente nos remete à queda da Idade Média e o início da Idade Moderna, demarcada entre - outras coisas - pelo pano de fundo da revolução Francesa.

Contudo, a influência da metafísica no pensamento humano - durante o período de mil anos medievais - não foi vivido somente na Europa. Nesse período, se procurarmos os principais vultos da filosofia árabe - conforme nos apontam as fecundas colaborações históricas de Giordani (1976) - encontraremos, por exemplo, Al-Kindi (que viveu entre 796-866); Alfarabi (sabe-se que morreu em 950), Avicena (que viveu entre 980-1037), entre outros. O que há em comum entre os autores medievais árabes e os europeus mais conhecidos no período da Idade Média? São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, assim como Al-Kindi, Avicena e Alfarabi, apoiavam-se em explicações metafísicas sobre os processos psicológicos diversos. Se dermos um giro pelo mundo medieval em diferentes locais do mundo, identificaremos esse critério metafísico em praticamente todas as culturas: nas comunidades asiáticas, nas tribos africanas, na experiência do índio latinoamericano, bem como no misticismo da filosofia hebraica.

A questão que colocamos, neste início de reflexão, é entender como a humanidade conseguiu alcançar explicações aos problemas psicológicos para além da metafísica, por meio do pensamento científico. Ora, certamente que as duas formas de pensamento coexistem até os dias de hoje, e não é raro que algumas comunidades prefiram tratar seus problemas psicológicos junto a curandeiros e benzedeiros, como bem tem apontado Alfredo Moffat (1991) em sua obra nas últimas décadas. Outros autores identificam, inclusive, o entendimento subjacente de aspectos metafísicos nas explicações corriqueiras do senso comum sobre o processo saúde-doença (Oliveira, Pires, Macedo & Siqueira, 2006), apontando o elevado índice de materiais de auto-ajuda junto ao público leigo como forma de apontar esses modelos contemporâneos.

3.1. Determinismo, reducionismo, empirismo e mecanicismo: as quatro raízes da Ciência moderna na formação da Psicologia.

O advento da Psicologia como campo científico de conhecimento foi um marco importante para a humanidade, estabelecendo uma nova ordem de explicações e manejo para velhos problemas da vida cotidiana. Embora os sintomas em saúde mental continuem a ser tratados, inúmeras vezes, sob o critério da ordem espiritual e manejados através de rituais místicos, ao menos hoje podem ser sistematizados,



pesquisados e divulgados no campo da ciência. Portanto, o polêmico fato de que a Psicologia tenha entrado para o campo da ciência adquire significado *em si*, pois potencialmente passou a subsidiar as pessoas na superação de suas práticas dogmáticas e muitas vezes ideológicas, práticas estas aprendidas e repetidas no senso comum, estas que fortalecem modelos de dominação cultural e econômica à medida que popularmente associam problemas psicológicos a questões de culpa, falha no desenvolvimento moral, castigo divino, etc. Por outro lado, é verdade que o advento da Psicologia como ciência pode deslocar o foco da opressão para outro rumo, desta vez a opressão do estigma científico, opressão de um tipo de saber que se propõe *sobre* os demais. O saber científico pode ser entendido como superior ao senso comum quanto ao rigor metodológico na produção de afirmações ditas "verdadeiras", contudo, este tipo de saber tem se mostrado quase tão autoritário quanto aquele.

De toda forma, com a queda do pensamento dogmático, que enfraqueceu ao final da Idade Média, vamos encontrar o terreno fértil no qual se instalou a ciência moderna. Todas as áreas disciplinares, e não apenas a Psicologia, encontraram fôlego novo no cenário que se constituía durante o Renascimento. Neste contexto, talvez tão dogmática quanto as religiões, a ciência moderna nascia apoiada no determinismo, no reducionismo, no empirismo e no mecanicismo.

O modelo de ciência psicológica que se propunha em sua gênese era, da mesma forma, positivista e materialista, ainda linear e cartesiana, baseada na física newtoniana. A natureza da relação mente-corpo, colocada por Descartes no âmbito do empirismo, passou a ser minuciosamente estudada e até quantificada por Fechner (1860/1978), tal como retrata sua obra, traduzida do alemão para o inglês como *Elements of psychophysics*. Assim como Aristóteles, Fechner entendia que o universo era regido por Deus, de modo que no funcionamento das leis ditas "naturais" haveria um movimento em direção à perfeição. Neste sentido, os aspectos físicos e psíquicos dos fenômenos seriam parte de uma mesma realidade, e não características antagônicas. Sobre isso, o autor inclusive se arriscou a algumas especulações filosóficas (Fechner, 1891/1988).

De toda forma, o modelo causa-efeito continuava sendo o único sob o qual se apoiavam as explicações psicológicas da época a respeito das sensações, percepções, memória e, inclusive, aprendizagem. Nos anos subseqüentes, o também alemão Wundt aprofundou o método empírico de Fechner, o que culminou com sua publicação intitulada na versão em inglês como *Lectures on the minds of men and animal* (Wundt, 1863 citado por Schultz & Schultz, 2009). Naquele trabalho, Wundt aprofundou empiricamente os estudos sobre o problema da relação mente-corpo, e desta relação com o meio, cunhando o termo "psicologia fisiológica" em sua obra *Principles of physiological psychology* (Wundt, 1873-1874 citado por Schultz & Schultz, 2009). Assim, como sabemos, Wundt consagrou-se organizando a primeira psicologia reconhecidamente científica: a "psicologia experimental".

4. A Psicologia: uma ciência moderna

Nascia assim a "Psicologia", que em 1881 já contava com um manual de Psicologia fisiológica, um laboratório de Psicologia experimental na Universidade de Leipzig (Alemanha) e uma revista acadêmica especializada na mesma universidade. Contudo, nascia uma "ciência de laboratório", que desta forma se propunha a estudar a experiência consciente do homem através de experimentos dentro de um laboratório.

É importante ressaltar que não estava surgindo ainda uma ciência "aplicada". Vale lembrar que o próprio Wundt, fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental no mundo, superou seu modelo experimental nos últimos vinte anos de sua vida. Ele concluiu que as experiências mais complexas da consciência, tais como memória e aprendizagem, por exemplo, não poderiam ser estudadas segundo um modelo experimental. Wundt desenvolveu assim a "psicologia cultural",



publicada em dez volumes ao longo dos primeiros vinte anos do século XX, e final da vida do autor (Wundt, 1900-1920 citado por Schultz & Schultz, 2009). Apesar do conteúdo de suas últimas publicações apontarem para uma verdadeira mudança de rumo paradigmático para a ciência psicológica, seus seguidores não foram muito receptivos, pois assumir a psicologia cultural consistia, em última análise, em abandonar o método da psicologia experimental, que na década de 20 já se encontrava amplamente difundido pelo mundo, contando com várias réplicas do laboratório de Leipzig e inúmeras publicações. Conforme apontam Schultz e Schultz (2009):

A psicologia cultural tratou de várias etapas do desenvolvimento mental humano manifestado pela linguagem, nas artes, nos mitos, nos costumes sociais, na lei e na moral. O impacto dessa publicação na psicologia foi mais significativo do que o conteúdo em si, já que serviu para dividir a nova ciência em duas partes principais: a experimental e a social (p. 83).

O problema a respeito da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo impulsionou Wundt a revisar seu modelo de trabalho. Embora ele próprio não estivesse convencido de que a psicologia poderia se tornar uma ciência aplicada, ainda assim, alterou drasticamente seu modelo de pesquisa e, sobretudo, ensaiava uma revisão de paradigma científico – sem, contudo, identificá-la. Em nosso entendimento, em seus últimos vinte anos de pesquisa - através da psicologia cultural - Wundt afastou-se, paulatinamente, do modelo positivista. Assim como a Física – que a partir do eletromagnetismo (Einstein & Infeld, 1960/2008) revisou durante o século XX seus modelos explicativos de universo baseados no pensamento cartesiano e na mecânica de Newton, a Psicologia wundtiana tangenciou a revisão de seu modelo mecanicista de homem, que até então se apoiava no paradigma linear e associacionista de precursores como Descartes, John Locke e James Mill.

5. O paradigma científico moderno e a queda de braço da Psicologia com as políticas públicas

É polêmica a passagem histórica que leva a Psicologia de dentro dos laboratórios ao modelo funcional no cotidiano das pessoas, inclusive à prestação de serviços. Autores norte-americanos costumam enfatizar a presença do britânico Titchener nos EUA e seu trabalho estruturalista sobre a mente como um degrau necessário para que surgisse uma reação funcionalista no mundo. Historiadores europeus costumam negligenciar Titchener e ignorar também o tumulto que ele causou para a história da ciência psicológica devido às traduções mal feitas que efetuou das obras de Wundt. De toda forma, historiadores europeus e americanos são consensuais em localizar que foram as demandas sobre aprendizagem, memória, imaginação e criatividade que levaram a Psicologia a se manifestar junto ao senso comum durante o século XX, aplicando seu conhecimento a problemas comuns do cotidiano.

O fato é que a Psicologia, em seu processo de consolidação no campo da ciência dita “moderna”, necessitou passar dos laboratórios experimentais para problemas aplicados na vida cotidiana. Contudo, a ordem paradigmática não superou de modo consistente o modelo de ciência linear que se instalara durante o Renascimento. Como afirma D’Ambrosio (2001), sem referir-se à Psicologia, mas considerando a respeito da epistemologia científica de modo geral:

A ciência moderna é identificada como o sistema de explicações de fatos e fenômenos que resultam do paradigma newtoniano. A modernidade se refere às repercussões desse sistema na filosofia, nas artes e na política. O questionamento do



paradigma newtoniano e suas repercussões em todos os campos de conhecimento caracterizam a pós-modernidade (p.103).

O paradigma da Psicologia, herdado no espírito da modernidade, ainda coexiste hoje, com tímidas tentativas científicas de superação para um modelo menos linear: por vezes se aproximando da teoria crítica, por vezes da dialética ou do modelo ecossistêmico. Contudo, esse ainda é um caminho em processo. Vale lembrar que, nem o sucesso do darwinismo social de Spencer (1820-1903) nos Estados Unidos, nem a busca por estruturas físicas da consciência de William James (1842-1910), nem a "escola de Chicago" deram conta de uma mudança paradigmática da Psicologia durante os anos subseqüentes do século XX.

Nesse tumultuado contexto epistemológico assistimos à Psicologia ingressar no campo da prestação de serviços, à medida que os movimentos funcionalistas – tanto europeu como americano – atentavam para a demanda prática dos conhecimentos da Psicologia. O funcionalismo americano, já mencionados através de precursores como Spencer e James, gerou influências econômicas diretas no plano de trabalho do psicólogo a partir da escola de Chicago, fortalecendo aquilo que se denominou como "psicologia aplicada", culminando nos testes de QI, nas avaliações de desempenho motor e oral, bem como em certos movimentos de psicologia organizacional e da indústria, além de parte da psicologia clínica. No funcionalismo europeu vamos encontrar os protagonismos de Édouard Claparède (1873-1940) e Jean Piaget (1896-1980), que constituíram a conhecida "escola de Genebra". Segundo Campos e Nepomuceno (2007), a ênfase da escola de Genebra era colocada no processo de construção das estruturas psicológicas, priorizando assim a interação sujeito e ambiente, o que significava colocar ao lado tanto as explicações inatistas dos biologicistas quanto as explicações ambientalistas dos associacionistas. Vigotski, que na década de 20 já desenvolvia pesquisas sólidas apoiadas no materialismo-histórico dialético – no contexto da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), assinalava a crise epistemológica que a Psicologia vivia naqueles tempos:

se a psicologia é na verdade e em sentido preciso uma ciência natural (e, de acordo com os autores europeus, empregamos essa palavra para indicar mais claramente o caráter materialista desse gênero de conhecimento: como a psicologia da Europa Ocidental desconhece ou quase desconhece os problemas da psicologia social, os conhecimentos psicológicos coincidem para ela com as ciências naturais). Mas inclusive esse problema continua tendo um caráter especial e muito profundo: o de mostrar que é possível a psicologia como ciência materialista e que esse fato não faz parte do problema do significado da crise como um todo (Vigotski, 1927/2004, p.340).

5.1. Influências do funcionalismo no Brasil e aspectos do colonialismo intelectual na Psicologia

No Brasil, as repercussões funcionalistas estiveram desde muito cedo presentes. Podemos dizer, propriamente, que a ciência psicológica brasileira se confunde com aquilo que alguns países denominavam como "psicologia aplicada". Praticamente não conhecemos, de antemão, outra psicologia que não fosse aplicada. Não fomos, pelo menos de início, um país de grandes teóricos da nova ciência, mas, sobretudo, importadores de técnicas, textos e teorias – excelente platéia de palestrantes estrangeiros. Como diria Carvalho (2001) em seu estudo sobre o pensamento colonialista nas ciências humanas do Brasil: "a metáfora das metamorfoses do olhar



etnográfico, o que permite detectar momentos importantes da recepção e reprodução, em países periféricos como o Brasil, desse saber plasmado nos países centrais nos dias de colonialismo” (p.107).

Certamente que seria interessante se enveredássemos pela reflexão acerca do impacto do colonialismo intelectual no desenvolvimento da Psicologia brasileira, porém, não colocaremos sobre essa questão um foco mais profundo, tamanha a complexidade de tal matéria. Tal como nos lembra Massimi (2007):

De fato, na busca de transformar o Brasil em nação ocidental moderna, o passado colonial é encarado negativamente e o futuro é concebido como adequação a modelos que, num enfoque positivista do processo histórico, aparecem como mais evoluídos. Neste sentido, também a criação dos primeiros laboratórios no início do século XX parece acompanhar esse movimento voltado a criar no Brasil uma ciência do homem segundo métodos e objetivos sugeridos pelo cenário cultural e social internacional (p.167).

Consideramos que as implicações do pensamento colonialista sobre a Psicologia brasileira influenciou de tal maneira a consolidação da profissão que, ainda com muita dificuldade, apenas recentemente alguns grupos específicos de intelectuais brasileiros têm conseguido articular demandas psicológicas nacionais a problemas de estudos teóricos mais amplos, junto a um campo de ideias e conhecimento que vem se consolidando em torno de questões da psicologia brasileira e latinoamericana (Brosek & Massimi, 1998; Gewehr, 2010; Guedes, 2007; Massimi & Guedes, 2004). Em suma, no processo histórico de formação do pensamento em Psicologia brasileira e latinoamericana, alguns estudiosos puderam compreender o significado de um novo tipo de discurso na virada do século XX para o século XXI. Neste sentido, as noções de pós-modernidade, globalização e pluralismo se sobrepõem à noção de soberania que reúne as diferenças. Assim, retomando reflexões de Foucault (1976/1999) do final dos anos 70:

Doravante, nesse novo tipo de discurso e de prática histórica, a soberania já não vai unir o conjunto em uma unidade que será precisamente a unidade da cidade, da nação, do Estado. A soberania tem uma função particular: ela não une; ela subjuga. E o postulado de que a história dos grandes contém a *fortiori* a história dos pequenos, o postulado de que a história dos fortes traz consigo a história dos fracos, vai ser substituído por um princípio de heterogeneidade: a história de uns não é a história dos outros (pp. 80-81).

Considerando tais aspectos do processo histórico apontados por Foucault (1976/1999), assinalamos que foi no contexto de uma produção intelectual colonizada que encontramos, no Brasil, os primeiros focos de organização da área em torno das questões de aprendizagem, neste sentido, pautadas sobre especulações teóricas que palpitavam do exterior. Segundo Massimi (2007) as influências teóricas mais presentes em solo brasileiro foram, de início, aquelas do espiritualismo francês de Maine de Biran (1766-1824) - que em última análise questionavam as teorias naturalísticas e o mecanicismo, fundando uma ciência do “eu” que se apoiava no empirismo. Com essa ênfase espiritualista, pelo menos desde 1850, vamos encontrar disciplinas avulsas de psicologia sendo lecionadas em cursos de Filosofia.



O foco dedicado aos problemas de aprendizagem e desenvolvimento infantil logo apareceram, de modo que em 1870, segundo Massimi (2007), um curso normal de São Paulo incluiu em sua grade curricular a disciplina "Psicologia aplicada ao desenvolvimento da criança" (p.166). Assim, seguindo o *script* da psicologia que já se consolidara em outras partes do mundo, surgiram alguns laboratórios de psicologia experimental no Brasil já no início do século XX, bem como práticas psicopedagógicas que buscavam definir zonas de desenvolvimento "normal" e "anormal". Os trabalhos desenvolvidos por Helena Antipoff, por exemplo, tornaram-na reconhecida como tipicamente funcionalista - tal como lembram Campos e Nepomuceno (2007, p.257). As autoras consideram, ainda, que as pesquisas de laboratório desenvolvidas por Antipoff nas primeiras décadas do século XX - cujo objetivo primeiro era compreender o desenvolvimento mental das crianças em idade escolar - na verdade subsidiaram a introdução dos testes de medida de inteligência nas escolas primárias desde aquela época.

Nessa conjuntura inicial, é importante ressaltar a importância da vinda de palestrantes do exterior, que respaldavam a importação de teorias e técnicas que confluíam na direção de uma psicologia essencialmente aplicada, que atendesse às demandas ditas da "sociedade". Além disso, a falta de um lugar profissional do psicólogo no Brasil, já conquistado lá fora, infligia os interessados em psicologia no Brasil a buscarem recursos externos. De toda forma, uma marca importante desse período, foi o ingresso de "verdades psicológicas" na cultura brasileira, como se o fato de serem ditas por um palestrante estrangeiro, de preferência em sotaque francês, legitimasse um conceito como mais verdadeiro do que se tivesse sido pronunciado a partir de um estudo nacional. Como bem apontaram Castro, Portugal & Jacó-Vilela (2010) em recente artigo sobre a história da Psicologia no Brasil:

Na perspectiva de uma História da Psicologia no Brasil, o que em certas ocasiões se verifica é que tais deslocamentos impróprios tendem a acontecer com mais freqüência em abordagens que buscam uma convergência entre o contexto europeu e o brasileiro. Assim sendo, essa crítica, que aponta tal tendência como superficial e forçada, é especialmente válida frente algumas apropriações da historiografia francesa na análise da realidade brasileira (pp. 95-96).

Essa, contudo, não foi uma peculiaridade da ciência psicológica no Brasil. Como sabemos, em diversas áreas do conhecimento esse fenômeno colonialista ocorreu. Até hoje, no Brasil, avaliadores de diferentes universidades brasileiras expressivas, utilizam critérios de pontuação de currículos que escalonam de maneira inferior os artigos publicados em periódicos nacionais em relação aqueles publicados em periódicos estrangeiros. Ou seja, ao entender a chegada do funcionalismo no Brasil estamos compreendendo, também, uma lógica de aplicação e mérito científico no contexto nacional, que recaiu não apenas na Psicologia, mas fundou todo o caldo cultural no qual se instalaram ideologias, universidades e centros de pesquisas.

6. Psicologia: uma profissão liberal ou área de políticas públicas?

A ideia básica do funcionalismo, de que o único conhecimento válido é aquele que pode ser aplicado, é bom lembrar, tomou fôlego no cenário internacional por conta do pragmatismo norte-americano, cujas raízes remontam o uso do conhecimento no fortalecimento dos serviços capitalistas. Isto porque, no início do século XX, quase tudo que se entendia como prestação de serviço, era produto de mercado, e não política pública.

Então, quando hoje procuramos entender como a psicologia alcançou as políticas públicas de saúde no Brasil, é indispensável compreender o papel funcionalista que o fazer psicológico ocupou durante as primeiras décadas do século XX. Daí que



podemos entender a fragilidade com a qual penetramos esse mundo de prestação de serviços: quase nada maestrados pelo Estado, mas regulados pelo mercado liberal - algo que afeta sobremaneira, inclusive, a técnica e o manejo de determinados acompanhamentos psicológicos.

A Psicologia dita aplicada, herança do funcionalismo, é descrita por alguns autores norte-americanos como fruto de financiamentos capitalistas que, contudo, não afetariam os resultados finais do conhecimento produzido. Na verdade, sob nosso ponto de vista, esse é um pressuposto equivocado, onde os autores pressupõem neutralidade científica, tal como exemplificamos a seguir - em trecho da obra de Schultz & Schultz (2009), reconhecidos autores norte-americanos contemporâneos:

pesquisa experimental sólida pode ser financiada por uma entidade corporativa de grande porte, sem ditar ou prejudicar os resultados. Um efeito mais duradouro foi saber que psicólogos podiam ter carreiras bem-sucedidas e financeiramente recompensadoras em psicologia aplicada, sem desafiar sua integridade profissional (p.190).

Nesta obra, os autores partem de casos particulares para justificar esse argumento. Por exemplo, mencionam o clássico caso da empresa Coca-cola, que em 1909 contratou um psicólogo experimentalista para provar que a cafeína presente na bebida fabricada não produziria alterações comportamentais significativas, nem danos à saúde humana. Através de pesquisas experimentais, em laboratório, o psicólogo provou aquilo a que foi pago para provar, a Coca-cola livrou-se da fase crítica de um processo judicial grave, e os entusiastas da psicologia aplicada aplaudiram as possibilidades de mercado que se abriam para a nova ciência.

Contudo, para além dos casos particulares, mas considerando o desenvolvimento científico da Psicologia de maneira geral, podemos dizer que ao mesmo tempo em que foi útil obter aplicação de conhecimento às questões cotidianas da sociedade, a origem dos financiamentos envolvidos influenciou de maneira determinante quais aplicações poderiam ser desenhadas. Esse processo - regulado pelo livre mercado - atendeu a demandas específicas e nada casuais no desenvolvimento histórico da Psicologia durante todo o século XX.

Desta forma, não é de se surpreender que a Psicologia tenha se prestado, durante longo período, a atender apenas a aplicações e perguntas de pesquisas oriundas do pensamento liberal, que pouco ou nada questionavam sobre o sistema e modelos de vida capitalistas, mas que, antes o contrário: questionavam a sanidade do sujeito que não se adequasse a esse sistema. Esse foi o papel ocupado pelo conceito de "normalidade" ou "sanidade mental" que se instalou junto ao que denominamos como *funcionalismo liberal* ao longo do século XX em diferentes países do mundo. Como nos lembra Foucault, a contrapartida do conceito de normalidade foi o conceito de "anormalidade", recorrentemente associada ao crime, de modo que a patologização deste ocorreu a partir de uma nova economia do poder (Foucault, 1972-5/2001).

7. O confronto entre o mercado liberal e as políticas públicas

Historicamente, as dificuldades do Brasil em se apoiar sobre suas próprias referências a respeito da normatização de políticas públicas foi uma questão que apareceu desde cedo, e agora está entrelaçada à homogeneização cultural, cuja internacionalização do capitalismo vem promovendo nos últimos anos. O fenômeno pode ser entendido à luz de uma nova "lógica cultural", cujas implicações infligiram diretamente sobre a vida cotidiana.

Jameson (1997) apontou esta nova lógica cultural do mundo como formadora de um novo gênero discursivo, que refletiu uma modificação sistêmica no capitalismo existente. Neste sentido, a internacionalização do capitalismo, bem como sua difusão quase completa sobre o planeta, difere da suposta "globalização do capital".



Não foi, de fato, o capital que foi globalizado - o que diluiria bastante a noção de fronteiras entre as nações e entre as pessoas - mas o modelo capitalista que foi propagado com nunca houvera sido antes na história da humanidade. Assim, não é de se estranhar que boa porcentagem da população latino-americana use calças "jeans", beba "coca-cola" ou coma sanduíche "McDonald's". Mas isto não significa que estejamos vivendo em uma aldeia global pacífica, em um pluralismo que contemple as diferentes culturas e sem a existência de fronteiras.

Durante muitos anos, a maior parte dos movimentos sociais da América Latina defendia que o direito à igualdade fosse, antes de tudo, uma missão do Estado. Ao longo da década de 70 pudemos perceber, em toda América Latina, o regime centralizador do Estado apoiado, visivelmente, sobre o poder autocrático de governo. De modo geral, mesmo nos regimes democráticos, o próprio Estado foi, e ainda têm sido, ator ativo dos movimentos sociais na América Latina.

Conforme Alain Touraine (1989), o protagonismo do Estado nos movimentos sociais acontece na América Latina porque ainda constituímos um tipo de sociedade dependente. Neste sentido, nossa dependência garantiu, durante muitos anos, que o Estado fosse o principal agente do desenvolvimento econômico - inclusive da organização das reivindicações sociais. Dessa forma, salientando o papel centralizador no desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, Touraine (1989) salienta que o Estado: "intervém na sociedade civil, e até tão profundamente que, nas sociedades dependentes, não há separação clara entre Estado e a sociedade civil, ainda que esta não seja inteiramente absorvida por aquele como em outros regimes" (p. 183).

O próprio sindicalismo, que em outras nações pôde consistir em oposição ao Estado, em defesa da sociedade civil, foi em boa parte controlado pelo Estado na América Latina. Touraine salienta exemplos como o México, ou a Argentina de Perón, demonstrando como o Estado controlou o sistema sindical nestes países. No Brasil houve, inclusive, a criação de sindicatos pelo próprio Estado, no decorrer do governo de Getúlio Vargas.

Durante a consolidação do modelo neoliberal no Brasil, percebemos - ao longo de toda a década de 80 e 90 - um largo enfraquecimento das organizações da sociedade civil. Profundamente marcados pela dependência do Estado, nossos movimentos sociais encontraram-se desprovidos de organização suficiente para confrontá-lo. Ocorre que, durante esse período, percebemos um deslocamento do poder controlador, que antes esteve nas mãos do Estado, para as mãos do "mercado regulador". Ou seja, se antes o Estado mobilizava as empresas e todo o grupo de operários na América Latina, em seguida foram as empresas que passaram a mobilizar e controlar as atividades do Estado. Tal fato parece ter confundido e, muitas vezes, imobilizado boa parte dos movimentos e organizações da sociedade civil.

De acordo com Chomsky e Dieterich (1999), desde as últimas décadas do século XX são as grandes corporações que de fato "governam" o mundo, que definem os rumos de capitais, as decisões de guerra, os acordos internacionais, e mesmo as eleições em determinados países ditos "democráticos". Segundo o autor, o maior vilão dos interesses comuns da sociedade civil não é mais o Estado, mas as grandes corporações.

Compartilhamos com Chomsky, em sua entrevista a Dieterich (idem), sua visão crítica sobre o papel do Estado. Contudo, é importante assinalar que severos ataques ideológicos às instituições estatais nos últimos anos têm, muitas vezes, cunho de interesse privado, escamoteados pela defesa da liberdade individual. Neste sentido, embora determinados aspectos da autoridade de Estado constituam ações ilegítimas, é necessário considerar que algumas instituições do Estado são, ainda muitas vezes, as únicas capazes de incluir a participação pública em detrimento da hiper-valorização do lucro, principalmente na sociedade latino-americana. Um exemplo disso são as políticas públicas de saúde, concretizadas



através do SUS (Sistema Único de Saúde), que vem se consolidando no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988. Através dessas políticas, os indicadores de saúde da população melhoraram significativamente (Campos, Minayo, Akerman, Drumond Jr & Carvalho, 2006), e o confronto entre a saúde como produto de mercado versus um direito do cidadão passou a ter maior visibilidade.

Por outro lado, é o próprio Estado quem fornece os caminhos de mercado para os interesses privados. As corporações privadas necessitam do Estado, mas este também zela pelas corporações. Uma vez que o giro de mercado hoje se baseia na especulação financeira (capital financeiro) – e não mais na produção (capital industrial) – o simples deslocamento de aplicações financeiras pode alterar o câmbio, elevar taxas de juros e causar danos significativos na economia de um país, e mesmo “quebrar” uma tradição política de governabilidade. Neste sentido, o Estado governa a favor das corporações, antes de tudo, como uma forma de receber apoio recíproco no jogo das especulações financeiras. Como salientou Chomsky, em uma reflexão sobre o desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina:

Grandes corporações estão ocupando mais e mais setores da economia, de modo similar ao que ocorreu no início da industrialização moderna no século XVIII, na Inglaterra. Existe um mercado, mas este é um mercado conduzido pelo estado, e o estado protetor é um elemento crucial do qual dependem as corporações. Obviamente, também existem diferenças. Existe, por exemplo, uma grande expansão de capital financeiro, e a porção do bolo que pertence ao capital financeiro é muito maior que antes. O capital financeiro tem se tornado dominante relação ao capital industrial, e isto tem efeitos significativos (Chomsky & Dieterich, 1999, p. 89).

Neste sentido, é impossível pensar em saúde pública sem levar em consideração o jogo político e econômico que sustentam determinadas estratégias de governabilidade. Na prática, a entrada da Psicologia no SUS, por exemplo, faz parte de um grande cenário nacional no qual se constituiu a reforma psiquiátrica a partir dos movimentos sociais, sendo que, na conjuntura destes, é importante mencionar o protagonismo do movimento anti-manicomial no país durante os anos 90.

8. A chegada das práticas psicológicas nas políticas públicas de saúde no Brasil

O ingresso da Psicologia nas políticas públicas foi um processo lento, que ainda hoje se constrói em um terreno de muitas controvérsias e lógicas díspares. A própria noção do que vem a ser público ou privado no Brasil sofreu inúmeras contradições que superam as meras definições entre organizações da sociedade civil e o papel ideal do Estado. Jovichelovitch (2000) buscou compreender a relação entre a esfera pública - enquanto um fenômeno histórico - e a formação de representações sociais. Neste sentido, a autora entende que a emergência da “esfera pública” está relacionada tanto com as transformações que ocorreram entre o público e o privado, como com o nascimento do individualismo. Neste sentido, nem o público, nem o privado, podem ser entendidos como “naturais”, visto que são produtos de transformações sociais.

Entre outras coisas, a Psicologia – de modo geral - tardou seu ingresso nas políticas públicas justamente porque seu pressuposto epistemológico, na origem, era associado ao pensamento liberal, baseado na crença do livre arbítrio do homem a despeito das suas condições materiais de existência. A noção de individualismo,



fortemente presente no pensamento liberal, foi companheira inseparável da psicologia aplicada norte-americana. Além disso - em nosso caso específico - o teor dos avanços científicos da psicologia aplicada em serviços privados de atendimento psicológico, no modelo de consultório, era favorável ao momento de governabilidade nos duros anos das ditaduras militares latinoamericanas. Spink (2003) aponta vários estudos sobre a organização do campo psicológico no Brasil, indicando que pelo menos até o final da década de 80, podemos entender a emergência da psicologia enquanto "técnica de disciplinarização" no contexto brasileiro (p.150).

Uma vez que a Psicologia transitou esse terreno pantanoso desde suas aplicações iniciais no Brasil durante os anos 50, era de se esperar que as práticas psicológicas tivessem muita resistência para ingressar às políticas públicas. Somente com o advento da Constituição de 1988, que previa o SUS, bem como após a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990 (Lei n. 8.069, 1990), o psicólogo brasileiro encontrou caminhos de práticas psicológicas associadas à implementação de políticas públicas de saúde e de desenvolvimento social. Antes disso, boa parte das inserções sócio-comunitárias estavam relacionadas a atividades voluntárias isoladas ou a projetos universitários, ambos não-remunerados.

Certamente que o despontar da reforma psiquiátrica no Brasil foi um elemento determinante nesse novo cenário nacional que se organizava. Assim, as políticas públicas de implantação do SUS que surgiram durante os anos 90 emergiram precisamente no conluio das reflexões advindas durante o processo da reforma psiquiátrica, fortalecendo no país, de modo geral, a concepção de que os serviços substitutivos às internações psiquiátricas necessitavam do olhar processual de um profissional de saúde mental. Esse protagonismo foi traduzido na figura do psicólogo, capaz tanto de coordenar grupos, como de apoiar redes sociais ou intervir junto a pacientes em psicoterapia.

O ingresso do psicólogo brasileiro no contexto hospitalar (tanto hospitais psiquiátricos como gerais) colaborou para o processo de consolidação do profissional como parte das equipes de saúde (Angerami-Camon, 2006). Subentende-se, dessa imagem, o ingresso em um contexto institucional, que rompia com a primazia do paciente como propriedade do psicólogo, perspectivando um papel de co-responsabilidade no contexto das equipes interdisciplinares. A beleza da inovação paradigmática não deixou de traduzir-se, contudo, como um choque. Aprofundavam-se as discussões teóricas sobre as possibilidades de aplicações clínicas em diferentes contextos, desde o papel da transferência psicanalítica ao desempenho geral do psicólogo no âmbito dos acordos éticos de sigilo e co-responsabilidade pelo paciente junto com a equipe hospitalar. Um universo novo que se abria e ao mesmo tempo forçava um relevante debate interno disciplinar, algo que iniciou de modo mais consistente ao final dos anos 80 e adquiriu um caráter contundente ao longo dos anos 90 e durante toda a última década - justamente quando as leis regulamentadoras estabeleciam cargos de psicólogos em diferentes contextos da saúde, a partir dos aprimoramentos na implantação do SUS e das políticas de saúde mental.

Novas questões apareciam. Onde ficava o papel simbólico da remuneração na interação clínica? O psicólogo, enquanto clínico, poderia ser um assalariado contratado pelo Estado para atender em políticas públicas? Então, afinal, de que "Psicologia" estamos falando? Ora, se não estávamos mais propondo modelos pautados pelo mercado regulador, mas pelo Estado regulador, que novas possibilidades de práticas poderiam se abrir?

9. A força das políticas nacionais de saúde sobre as práticas psicológicas contemporâneas



As práticas psicológicas contemporâneas foram profundamente afetadas pelo ingresso do fazer psicológico nas políticas públicas de modo geral, especialmente no contexto da saúde. O deslocamento de eixo disciplinar - inicialmente focado nas demandas capitalistas justificadas pelo funcionalismo - passou a sofrer nos últimos anos uma inversão lógica importante. Uma vez que as políticas públicas passaram a contratar um número expressivo de psicólogos no Brasil, a prática profissional que antes era majoritariamente formada por uma legião de profissionais liberais, passa a ser expressivamente composta por profissionais contratados em cargos públicos: postos de saúde, CAP's (Centros de Atenção Psicossocial) e ambientes hospitalares. Neste sentido, as demandas abordadas pelo psicólogos passaram a incluir novos atores que buscam cuidados em saúde mental: o enfermo sem família, a pessoa de baixo poder aquisitivo, os problemas relacionais decorrentes de déficits cognitivos severos, entre outros.

O fato histórico de que o advento da psicologia científica havia ocorrido a partir da modernidade permitiu que a prática psicológica se estabelecesse sob uma zona de conforto - no âmbito dos profissionais liberais. Contudo, atualmente, o marco do pensamento cartesiano, desde onde apoiávamos nosso método clínico (Foucault, 1976/1999), mostra-se irreversivelmente abalado.

Podemos dizer que a lógica dos problemas sociais, amplamente perspectivada nas políticas públicas de saúde, exige um ordenamento mais complexo - e quase nada linear - sobre a realidade, impulsionando as práticas psicológicas a vazarem pelas frestas do pensamento liberal, dualista e unicausal no qual se consolidou a própria modernidade. Assim, nos últimos anos, com o ingresso da Psicologia nas políticas públicas de saúde, encaramos a inexorável condição de revisar nosso paradigma epistemológico, sob o risco de ofuscar nosso ingresso na história do pensamento científico através de uma curta trajetória. Afinal, a ciência dita moderna continua sendo pragmática, de modo que o conhecimento psicológico no contexto da saúde precisou, antes de tudo, demonstrar que era aplicável e útil às populações identificadas nos estudos epidemiológicos.

Ainda hoje não podemos falar em "unidade" epistemológica na Psicologia, mas certamente que a inserção nas políticas de saúde nos conduziu, pelo menos, ao convívio com a ideia de "integração" epistemológica entre os diferentes saberes psicológicos. Assim, ao passo que historicamente as grandes teorias psicológicas eram vistas como tentativas de discursos universais sobre o homem, hoje as diferentes influências teóricas co-habitam as mesmas instituições de saúde, escrevem nos prontuários dos mesmos pacientes, e necessitam de maneira inexorável encontrar alguma janela de diálogo. Essa condição de interlocução entre as diferentes teorias psicológicas tem se mostrado um fenômeno relevante na formação epistemológica da área, de modo que as teorias cada vez menos se pretendem universais na explicação de fenômenos psicológicos, mas, sobretudo, contribuições complementares para a compreensão de realidades complexas.

Não se pode negligenciar o fato de que as políticas públicas, ao criarem vagas de emprego para o psicólogo, atuaram também como mercado regulador, sob a insígnia do mercado de trabalho. Ou seja, a quebra com o modelo hegemônico do profissional liberal de psicologia não consistiu, na verdade, em nenhuma revolução de classe. Contudo, certamente nos ancorou para uma maior aproximação às demandas historicamente reprimidas pelas populações marginalizadas nos processos sócio-econômicos, de modo que a população obteve - de maneira geral - maior acesso à atenção integral em saúde mental e cuidados psicológicos.

Outro aspecto desse momento histórico, é que a entrada nos cargos públicos de saúde impactou a formação profissional na medida em que a grande maioria das vagas não foram - nem tem sido - ofertadas para especialistas nesta ou naquela teoria, mas sim para a figura de um presumido psicólogo "generalista", sem qualquer predicativo que o qualifique. Assim, se por um lado as políticas públicas produziram resultados significativos no caminho de uma integração epistemológica



na área teórica, é também verdade que não têm valorizado as diferentes especificidades de atuação do psicólogo em seus campos (psicólogo social, clínico, educacional, etc.). Em nosso levantamento de dados, por exemplo, não identificamos nenhum concurso público no Brasil que tenha incluído em seu Edital para psicólogo em hospitais, qualquer pré-requisito de especialidade em psicologia clínica ou hospitalar. Este levantamento foi parte de uma pesquisa concluída que realizamos a partir do Departamento de Psicologia da UFSC, intitulada *Psicologia e SUS: um estudo sobre os fazeres psicológicos nas políticas públicas de saúde* (Zurba, 2009). A gravidade desse procedimento reside no fato de que, em muitos casos, o profissional selecionado – cujo processo de seleção foi apoiado basicamente em provas escritas – pode-se mostrar inapto no processo de atendimento a pacientes.

Porém, a despeito de qualquer dificuldade na consolidação do papel profissional do psicólogo junto às políticas públicas de saúde, vale ressaltar que este é um momento histórico muito peculiar e recente, apontando muitos indícios de que se trata de um momento de transição.

Um dos grandes impulsos que a saúde pública vem oferecendo à Psicologia nos últimos anos é a necessidade constante de interlocução interna e também interdisciplinar, forçando-nos a uma quebra paradigmática importante. A quebra reside no ponto de partida: toda atenção psicológica em saúde depende de um olhar sociológico sobre a constituição de sujeito e produção de sintomas, o que tem nos levado a superação de modelos lineares e pretensamente universais na explicação dos fenômenos psicológicos.

10. Considerações finais

A História nunca é “a verdadeira”, mesmo quando não é “falsa”. Ela não se presta a este tipo de classificação, pois ela não é um fato, nem uma seqüência deles. Ela somente pode ser construída a partir de narrativas sobre um conjunto de fatos – não lineares – que assumem significados *a posteriori*. Portanto, a história é um processo que se transforma em narrativa. Neste sentido, o processo histórico é dinâmico e coerente, possibilita incontáveis oportunidades e desfechos, segundo a inexorável liberdade do homem em produzir-se a si mesmo. Podemos, assim, entender a “lógica histórica” (Thompson, 1981). A “história” também é um espaço de subjetivação que suscita determinantes em nossos mundos e escolhas. É no processo histórico que podemos identificar as possibilidades e limitações que influenciaram modelos de produção de conhecimento durante o desenvolvimento da humanidade.

Neste sentido, por exemplo, não foi apenas o sorriso enigmático da “Monalisa” de Leonardo da Vinci que provocou grande impacto no mundo das artes, tal como poderia pensar um observador precipitado. Mas no processo histórico vamos perceber que a balbúrdia em torno de “Monalisa” ocorreu por conta dos duros anos de “trevas” culturais que o antecederam, de modo que a obra assumiu sentido de ruptura. Mas somente entendemos a ruptura transversal quando observamos o processo longitudinal da história: após centenas de anos alguém se atrevia a retratar um ser humano. A obra “Monalisa” era uma heresia: apenas uma mulher, sem sugestões divinas, sem auréolas, sem relação com Jesus Cristo, não era Nossa Senhora. É impossível compreender a obra de Da Vinci sem observar os determinantes históricos que o constituíram: essa obra e seus impactos não poderiam ter aparecido anos antes, nem anos depois. Ela está localizada, circunscrita e temporalizada justamente onde a história lhe permitiu que aprovesse, no Renascimento. Nem antes, nem depois. Nada é casual no processo histórico.

Na história das práticas psicológicas, observamos que inúmeros determinantes suscitaram modelos, enterraram outros, e fortaleceram paradigmas que hoje entendemos como “verdadeiros” na Psicologia contemporânea. Assim, quando nos



indagamos sobre quais modelos de Psicologia podemos realizar no Brasil de hoje, precisamos nos remeter ao processo histórico que nos constituiu. E é dessa forma que nosso olhar necessita repousar sobre a história de nossa "latinoamericanise", sobre a nossa marginalidade global, bem como sobre nossa criatividade cultural. Existem várias histórias da Psicologia, não uma única. Refletimos neste trabalho um pouco da história da Psicologia desde o ponto de vista de nossa "brasilidade", com o intuito de que nos apropriemos de práticas psicológicas tão nossas quanto o acarajé, o caldo de cana ou o doce de leite. Assim, com propósitos claros, o que fizemos aqui foi *uma* narrativa.

Referências

- Angerami-Camon, V. (2006). *Psicologia da saúde*. São Paulo: Thomson Learning.
- Aristóteles (2006). *De anima* (M. C. G. Reis). São Paulo: Ed. 34. (Original de 384-322 a.C.).
- Brosek, J. & Massimi, M (Orgs.). (1998). *Historiografia da psicologia moderna*. São Paulo: Loyola.
- Campos, G. W. S., Minayo, M. C. S., Akerman, M., Drumond Júnior, M. & Carvalho, Y. M. (Orgs.). (2006). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Campos, R. H. F. & Nepomuceno, D. M. (2007). O funcionalismo europeu: Claparède e Piaget em Genebra, e as repercussões de suas ideias no Brasil. Em Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. R. L. & Portugal, F. T. (Orgs.) *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 243-264). Rio de Janeiro: Nau.
- Carvalho, J. J. (2001). O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, 7(15), 107-147.
- Castro, A. C., Portugal, F. T. & Jacó-Vilela, A. M. (2010). História da psicologia em combustão: uma crítica bakhtiniana às apropriações historiográficas no Brasil. *Memorandum*, 18, 95-106. Retirado em 06/11/2010 da World Wide Web <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a18/casporjaco01.pdf>
- Chomsky, N. & Dieterich, H. (1999). *Latin American: from Colonization to Globalization*. New York: Ocean Press.
- Ciornai, S. (1997). Gestalt-terapia no Brasil. Em Association for the Advancement of Gestalt Therapy (Org.). *II Congress AAGT*. Retirado em 24/05/2010 da World Wide Web http://www.gestaltsp.com.br/textos/gestalt_terapia_no_brasil.htm
- Coimbra, C. M. B. (1999). Práticas psi no Brasil do milagre: algumas de suas produções. Em A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. B. C. Rodrigues. *Clio-psyché: histórias da psicologia no Brasil* (pp.75-95). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE. Retirado em 24/05/2010 da World Wide Web <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/praticaspsinobrasildomilagre.htm>
- D´Ambrósio, U. (2001). Modernidade, pós-modernidade e educação. Em M. O. Marques (Org.). *Educação nas Ciências* (pp.103-116.). Ijuí, RS: UNIJUÍ.
- Einstein, A. & Infeld, L. (2008). *A evolução da física* (G. Rebuá, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1960).



- Evans, K. (2007). Living in the 21st Century: a gestalt therapist's search for a new paradigm. *Gestalt Review*, 11(3), 190-203.
- Fechner, G. T. (1978). *Elements of psychophysichs*. New York: Holt, Rinehart and Winston. (Original publicado em 1860).
- Fechner, G. T. (1988). *Da anatomia comparada do anjos* (P. Neves, Trad.). São Paulo: Ed. 34. (Original publicado em 1891).
- Ferreira, A. A. L. (2006). O surgimento da psicologia e da psicanálise nos textos da genealogia foucaultiana. *Memorandum*, 10, 71-84. Retirado em 11/11/2010, da [World Wide Web](http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a10/ferreira03.pdf) <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a10/ferreira03.pdf>
- Figueiredo, L. C. (2000). *Matrizes do pensamento psicológico* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1991).
- Foucault, M. (1999). *Aula de 28 de janeiro de 1976*. Em M. Foucault. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France* (pp. 75-98). (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (2001). *Os anormais* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original de 1972-5, publicação póstuma em 1999).
- Gewehr, C. F. (2010). *Psicologia social desde América Latina: o desafio de uma possibilidade*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Giordani, M. C. (1976). *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guedes, M. C. (2007). A viagem histórica pela América Latina. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 39-45.
- Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (2ª ed.). (M. E. Cevasco, Trad.). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1991).
- Jovichelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lei n. 8.069 (1990, 13 de julho). Estatuto da criança e do adolescente. Retirado em 10/11/2010, da [World Wide Web](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- Massimi, M. & Guedes, M. C. (Orgs.). (2004). *História da psicologia no Brasil: novos estudos*. São Paulo: Cortez.
- Massimi, M. (2007). O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XX. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal. *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 159-168). Rio de Janeiro: Nau.
- Moffat, A. (1991). *Psicoterapia do oprimido* (7ª ed.). (P. Esmanhoto, Trad.). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1981).



- Mueller, F. L. (1978). *História da psicologia* (2ª ed.). (A. O. Aguiar, J. B. D. Penna, L. L. Oliveira & M. A. Blandy, Trans.). São Paulo: Cia Ed. Nacional. (Original publicado em 1976).
- Oliveira, C. I., Pires, A. C., Macedo, R. G. & Siqueira, A. T. E. (2006). A antropologia paulino-agostiniana: a criação do paradigma da ambivalência do eu-moral e a interpretação do binômio saúde-doença. *Memorandum*, 10, 09-32. Retirado em 10/11/2010, da World Wide Web <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a10/oliveira01.pdf>
- Rocha, G. R. (2007). *História do atomismo: como chegamos a conhecer o mundo como o concebemos*. Belo Horizonte: Argumentum.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2009). *História da psicologia moderna* [tradução da 9ª. edição norte-americana] (S. S. M. Cuccio, Trad.). São Paulo: Thomson Learning. (Original publicado em 2008).
- Spink, M. J. (2003). *Psicologia social e saúde*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Thompson, E. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1978).
- Touraine, A. (1989). *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina* (I. D. Poleti, Trad.). São Paulo: Trajetória Cultura. (Original publicado em 1988).
- Vigotski, L. S. (2004). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. Em L. S. Vigotski. *Teoria e método em psicologia* (3ª ed., pp. 203-420). (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927).
- Zurba, M. C. (2009). *Psicologia e SUS: um estudo sobre os fazeres psicológicos nas políticas públicas de saúde*. Projeto de pesquisa, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Nota sobre a autora

Magda do Canto Zurba – Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Leciona e pesquisa História da Psicologia e Epistemologia, líder do grupo de pesquisa “Psicologia e Saúde Coletiva” (CNPq). Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atua amplamente no campo da psicologia da saúde a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Atualmente coordena o PET-Saúde (Programa de Ensino pelo Trabalho na Saúde – Ministério da Saúde) junto ao Curso de Psicologia da UFSC. E-mail: macanzu@gmail.com

Data de recebimento: 16/11/2010

Data de aceite: 24/05/2011